UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM RESIDÊNCIA AGRÁRIA E EXTENSÃO RURAL

Adalberto Luiz de Souza Neto
Marciângela Gonçalves Lima

ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DE TERRA PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA DO IMÓVEL FAZENDA OLHOS D'ÁGUA, MUNICIPIO DE ATALAIA – AL.

Arapiraca – AL
2016

Adalberto Luiz de Souza Neto
Marciângela Gonçalves Lima

ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DE TERRA PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA DO IMÓVEL FAZENDA OLHOS D'ÁGUA, MUNICIPIO DE ATALAIA – AL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Especialização em Residência Agrária e Extensão Rural.

Orientador: Prof. Valtair Veríssimo

Arapiraca – AL
2016

Adalberto Luiz de Souza Neto
Marciângela Gonçalves Lima

ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DE TERRA PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA DO IMÓVEL FAZENDA OLHOS D'ÁGUA, MUNICÍPIO DE ATALAIA - AL

Monografia submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Extensão Rural, Curso Residência Agrária pela Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, aprovada em Arapiraca, Abril de 2016.

Orientador: _____

Prof. Dr. Valtair Verissimo, IFAL

Membros da Banca Avaliadora:

Cícero Gomes dos Santos, Doutor, UFAL

José Wilson Porto Sobrinho, Mestre, UFAL

[...] Na arte de resistir às tentativas da destruição dos nossos sonhos, trincheiras da criatividade, se revela a rebeldia dos poetas e dos cantadores filhos da terra e da esperança no palco imaginário para onde marcham as colunas dos grandes guerreiros e lutadores sem terra [...]

(Terra Sertaneja, Ademar Bogo)

AGRADECIMENTOS

Às tantas e importantes mãos que conosco tem percorrido o caminho da construção do conhecimento:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que tem feito efervescer em nosso interior o compromisso com a luta da classe trabalhadora, principalmente quando experimentamos da vida cotidiana, sonhos, lutas e resistência do povo sem terra.

Nossos companheiros e companheiras da ATER do Centro Zumbi, com quem compartilhamos uma rica troca de saberes e dividimos a produção de importantes trabalhos, em um fazer profissional comprometido com o meio rural;

Os docentes e coordenação do curso, que tiveram a tarefa de guiar nossos estudos e aprofundamento teórico, em especial, o Professor Valtair Veríssimo, pela acolhida e acompanhamento neste trabalho;

Nossos familiares e amigos, com quem vivenciamos tantos processos formativos e que, cada um à sua maneira, com certeza influenciaram muitas das escolhas que fizemos e caminhos que trilhamos;

RESUMO

A execução da Política Nacional de Reforma Agrária através da aquisição de imóveis se configura como uma possibilidade de acesso à terra através da sua redistribuição, viabilizando a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. O presente estudo tem como finalidade analisar a viabilidade social, ambiental, produtiva e econômica para assentamento das famílias acampadas na Fazenda Olhos D'água, antiga Fazenda Canto, no município de Atalaia, apresentando os resultados dos estudos técnicos realizados no Imóvel Rural.

Palavras – Chaves: Reforma Agrária, Assentamento Rural e Regularização Fundiária.

ABSTRACT

The execution of the National Agrarian Reform Politics through the acquisition of propertis is set up as a possibility of access to land through redistribution, enabling the implementation of a rural settlement model based on economic viability, environmental sustainability and territorial development. This study has as porpose to analyze the social, environmental, productive and economic viability for settlement of families camped at the Farm Olhos D'água, old Farm Canto, in the municipality of Atalaia, presenting the results of technical studies in rural propertis.

Keywords: Agrarian Reform, Rural Settlement e Land Regularization.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Faixa etária por gênero da população acampada. 35
Gráfico 2 - Distribuição da população acampada por gênero. 35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - GRUPO I: Modalidades de Projeto criados pelo INCRA atualmente.....26
Quadro 2 - GRUPO 2: Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA.....28
Quadro 3- Distribuição da cobertura vegetal e sua distribuição em percentual de área 42
Quadro 4 - Distribuição da estratificação dos agroecossitemas e sua distribuição em percentual de área 44
Quadro 5 - Sistema de Capacidade de Uso dos Solos do Acampamento Sonho de Rose.....47

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Modelos de cultivo consorciados 38
Tabela 2 - Aptidão na criação pecuária 38

LISTA DE MAPA

Mapa 1– Região e Bacia Hidrográfica no Acampamento Sonho de Rose.....41
Mapa 2 –Uso atual e cobertura do solo no Acampamento Sonho de Rose 43
Mapa 3 - Extratificação ambiental dos agroecossistema do Acampamento Sonho de Rose.....44
Mapa 4 - Organização Territorial do Acampamento Sonho de Rose 46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Proteção Permanente
ARL - Área de Reserva Legal
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CEBS - Comunidades Eclesiais de Base
CEDRS - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DRP - Diagnóstico Rápido e Participativo
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GPS - Global Positioning System
GTVA - Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
MC - Mata Ciliar
MEXPAR - Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra+A1:A24
PA - Projeto de Assentamento Federal
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF - Sistemas Agroflorestais
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária
SRT - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12

2. OBJETIVOS 15

2.1 GERAL 15

2.2 ESPECÍFICOS 15

3. METODOLOGIA 16

4. REFERENCIAL TEÓRICO 18

4.1 REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL 18

4.1.1 Reforma Agrária em Alagoas 21

4.1.2. Reforma Agrária em Atalaia 22

4.2. CONCEPÇÃO DE ASSENTAMENTO RURAL 25

4.2.1. Modalidades de Assentamento 26

5. ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. 30

5.1. LAUDOS DE VISTORIAS DO IMÓVEL REALIZADO PELO INCRA 30

5.2. ESTUDO TÉCNICO REALIZADO PELA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO ZUMBI 33

5.2.1 Caracterização do Imóvel 34

5.2.1.1 Histórico da Ocupação da área 34

5.2.1.2 Perfil das famílias ocupantes 34

5.2.1.3 Organização social e política das famílias 36

5.2.1.4 Produção agropecuária 36

5.2.1.5 Sistema de Produção 39

5.2.1.6 Canais de comercialização 39

5.2.1.7 Atividades não agrícolas 40

5.2.2 Características físicas e edafoclimáticas 40

5.2.2.1 Região da Bacia Hidrográfica 40

5.2.2.2 Uso atual da Cobertura do Solo 42

5.2.2.3 Estratificação ambiental dos agroecossistemas 44

5.2.2.4 Organização territorial 46

5.2.2.5 Capacidade de uso do solo 47

5.3 ANALISE TÉCNICA 50

5.3.1 Recursos naturais *50*

5.3.2 Sistema de produção *50*

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO 51

6. CONCLUSÃO 53

7. REFERÊNCIAS 55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz um estudo que realizamos sobre a viabilidade de regularização do imóvel rural Fazenda Olhos D'agua, antiga Fazenda Canto, onde está instalado há 18 anos o Acampamento Sonho de Rose do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

No desenvolvimento deste trabalho, foi realizada pesquisa documental dos Laudos de Vistoria e Pareceres Técnicos emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão responsável pela regularização fundiária no território nacional, constantes no processo administrativo que trata da obtenção da área em conflito, e um estudo técnico elaborado pela equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares – Centro Zumbi, da qual integramos e participamos de todo processo de diagnóstico, visita de campo e produção do documento final. Vale salientar que este estudo foi demandado pela organização política das próprias famílias que, através do MST, realizou parceria com o Centro Zumbi que já vem atuando junto à organização e atende outras áreas da reforma agrária na região.

Segundo MELGAREJO (2001), a maioria dos países, denominados desenvolvidos, realizou em algum momento de sua história mudanças em sua estrutura fundiária, na busca de resolver os problemas causados pela má distribuição de terras, sendo a concentração de terra uma das principais geradoras de outros graves problemas, dentre eles está a concentração de poder que acaba sendo combatido com a reestruturação das questões agrárias.

No entanto, para se chegar na forma ideal de reforma agrária, muitas situações tiveram que ser encontradas no meio do caminho, como a luta por terra, que tem um papel fundamental na reestruturação da identidade do agricultor. E daí para frente é intensificar a luta para que mais terras sejam desapropriadas e mais pessoas sejam beneficiadas pela política de reforma agrária brasileira. Um dos principais objetivos da reforma agrária, além da distribuição de terra é a produção de alimento com técnicas agroecológicas e de maneira sustentável para que exista uma conservação do solo.

> ... a importância da reforma agrária, como alavanca para a construção da autonomia dos povos, podemos discuti-la sob muitos aspectos. De uma forma geral, os estudiosos tendem a focalizar seus impactos econômicos, examinando a renda gerada por hectare, por trabalhador, ou por volume de

> recursos investidos, antes e depois da consolidação dos assentamentos. (MELGAREJO, 2001).

Como uma das propostas da reforma agrária é a produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos, muitos manejos e culturas tem que ser modificadas. Essa transição é de extrema importância, logo fazer reforma agrária é também superar a metodologia e tecnologia de produção que é aplicada por grandes produtores e que inviabiliza a produção de alimento saudável e a conservação do solo.

De modo geral, grande parte das terras adquiridas pelo governo e repassadas para a reforma agrária, são terras de antigos produtores de cana de açúcar e de grandes criadores de gado. Essas áreas, por muitos anos foram utilizadas sem nenhum manejo adequado, apenas utilizados os recursos naturais de forma descontrolada. Hoje em dia esses solos não apresentam as mesmas características de fertilidade que apresentavam em tempos passados, sendo atualmente um complicador a mais para os beneficiários da terra na hora de viabilizar a produção de alimentos saudáveis.

A execução da Política Nacional de Reforma Agrária - PNRA através da aquisição de imóveis se configura como uma possibilidade de acesso à terra através da sua redistribuição, viabilizando a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, contrapondo-se a um modelo de exploração desiquilibrada.

Nesse contexto, a aquisição do imóvel para fins de reforma agrária implica na possibilidade de acesso a um conjunto de políticas necessárias ao desenvolvimento das famílias de agricultores, que ao serem beneficiárias do Programa de Reforma Agrária conseguem ter acesso a políticas como o crédito produtivo e de habitação, além de acesso à assistência técnica.

Mesmo sem acesso a políticas de reforma agrária, as famílias do Acampamento Sonho de Rose vêm ao longo dos 18 anos permanecendo no imóvel e desenvolvendo atividades agropecuárias, se contrapondo o parecer do INCRA que indica a impossibilidade de desenvolvimento sustentável da área. Desde o início do acampamento, residem três gerações familiares que tem a área como referência social e familiar, desta forma afirmando a capacidade de viverem na área, gerarem o

sustento de suas famílias e conviverem com o meio ambiente de forma sustentável, mesmo sem o acesso a assistência técnica e crédito para alavancar a produção.

Assim, é possível do ponto de vista técnico o assentamento das famílias do Acampamento Sonho de Rose no imóvel Fazenda Olhos D'água, antiga Fazenda Canto? Quais as contradições entre o despacho final do INCRA que foi contrário à regularização da área, consequentemente à permanência das famílias na terra. Como ficam os 18 anos de vida dessas famílias no acampamento e sua relação com a terra?

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar a viabilidade social, ambiental, produtiva e econômica para o assentamento das famílias acampadas na Fazenda Olhos D'água, município de Atalaia – AL, para a aquisição da terra para fins de Reforma Agrária.

2.2 Específicos

- Realizar o diagnóstico da realidade social, econômica, ambiental e produtiva das famílias acampadas;
- Apresentar os resultados do estudo técnico realizado quanto à viabilidade econômica, ambiental e social do imóvel para fins de reforma agrária;
- Analisar os Laudos de Vistoria e avaliação do Imóvel e Pareceres Técnicos emitidos pelo INCRA em contrapondo ao Estudo Técnico realizado.

3. METODOLOGIA

Apresentamos inicialmente um breve estudo sobre a história da Reforma Agrária no país e no Estado de Alagoas, subsidiando teoricamente nossa compreensão de como a concentração de terras vem se perpetuando na formação do Brasil, se adaptando a cada momento histórico, impulsionando ainda a emergência de formas de resistência ao modelo agrário vigente, que ainda exclui milhares famílias de agricultores no acesso à terra e aos bens que ela produz.

O trabalho ora apresentado foi desenvolvido a partir de pesquisa documental dos Laudos de Vistoria e Avaliação, Pareceres Técnicos produzidos pelo INCRA constantes no processo administrativo que trata da regularização da área em conflito e legislação vigente. Aqui apresentamos um resumo das análises contidas nestas peças do processo além do parecer dos Peritos Agrários quanto ao despacho final.

Em seguida, apresentamos o resultado da pesquisa de campo que realizamos juntamente com outros membros da equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, equipe multidisciplinar composta por Engenheiro Agrônomo, Técnico em Agropecuária, Gestores Ambientais e Assistente Social. A equipe técnica, no trabalho que realizou em campo, percorreu todo o território do imóvel, sempre acompanhados de membros do acampamento. Foi realizado o georreferenciamento da área, com a utilização de equipamentos de navegação, levantando informações das áreas de proteção ambiental, áreas utilizadas para atividade agropecuária, áreas de localização das moradias, estradas de acesso, infraestruturas existentes e perímetro. Foram feitas entrevistas com todas as 15 famílias acampadas que hoje ocupam o imóvel, que contribuíram para a caracterização do perfil das famílias nos aspectos sociais, econômico e políticos, além de entrevista com lideranças sobre o histórico do acampamento.

Importante salientar que na realização da pesquisa de campo a equipe técnica utilizou Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR[1] como referência teórica, metodológica e técnica na execução das atividades.

[1] Metodologia sistematizada pela EMATER – MG "Essa metodologia tem como principal objetivo propiciar aos extensionistas a vivencia de um processo metodológico, fundamentado nos princípios da participação, da dialogicidade, do planejamento participativo e da gestão social, capaz de orientar sua

Após a pesquisa de campo foi realizada a sistematização das informações coletadas em um estudo técnico sobre o imóvel e sua ocupação, produzindo um instrumento comparativo às peças técnicas institucionais produzidas por técnicos do INCRA e que integram o processo administrativo que trata da solicitação de regularização do imóvel através de sua desapropriação para fins de reforma agrária.

pratica, junto aos agricultores familiares e outros atores sociais na implementação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. (EMATER, 2006)

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Reforma Agrária no Brasil

Há alguns anos vem se discutindo reforma agrária no Brasil, no entanto a discussão ainda está bastante atrasada, não pela falta das políticas públicas voltadas as áreas rurais, mas pela falta de execução das mesmas, tornando cada vez mais difícil a efetivação da reforma agrária no Brasil.

Segundo o Estatuto da Terra, a reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social**,** desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (Lei nº 4504/64).

Segundo SOUZA (2001), define-se reforma agrária, comumente, como conjunto de medidas adotadas com a finalidade de adequar o uso e a posse da terra a condições que ensejam o desenvolvimento da agricultura. Considerando a promoção do desenvolvimento agrícola como o principal objetivo da reforma agrária, a sua defesa no Brasil tem sido realizada utilizando-se de argumentos com base na necessidade e na compreensão de se alcançar o desenvolvimento econômico.

Assim como trata CRUZ (2015), a desproporcionalidade na distribuição de terras no Brasil pode ser observada desde a época da colonização, como herança do regime das capitanias hereditárias e do regime das sesmarias, deu início aos grandes latifúndios do país, caracterizando-o como uma das estruturas fundiárias mais injustas do mundo, concentrando grandes áreas rurais nas mãos de poucas pessoas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essas capitanias foram criadas para conter o assédio de outros países nas terras recém descobertas pelo Governo Português, no intuito de resguardar as riquezas naturais que estavam sendo encontradas.

> O Assedio de outros países às terras do Novo Mundo, despertou no governo de Portugal a necessidade de criar mecanismos que lhe assegurassem o controle sobre os recursos da colônia e impedissem o acesso de intrusos às suas riquezas, dado que as guardas costeiras já identificavam e encontravam dificuldades em coibir pilhagens e tentativas de invasão de núcleos de povoamento e colonização no Brasil. (FURTADO, 1970).

Passando das capitanias hereditárias e pelos diversos ciclos econômicos, um dos momentos que mais marcaram esse processo de reforma agrária no Brasil, foi

no período Pós-Guerra, que agravou ainda mais as questões ambientais, sociais e produtivas de cada região.

Segundo MATTEI (2005), historicamente existem três momentos em que o papel da terra foi decisivo na conformação da sociedade brasileira: em 1850, quando foi regularizado, pela lei das Terras, o acesso provado às terras, impedindo que parte da população trabalhadora rural também tivesse esse direito. O segundo momento ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, quando o movimento tenentista questionou o latifúndio improdutivo e iniciou os primeiros debates sobre necessidade de reformar a estrutura agrária do país. Já a terceira fase iniciou-se nos anos Pós-Guerra, quando apareceram as Ligas Camponesas e, mais recentemente, quando surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, movimentos que transformaram o campesinato em um dos atores sociais mais relevantes do país, ao indicarem a reforma agrária como um dos principais instrumentos de luta para transformar a sociedade brasileira.

Segundo SANTOS (2009), com o avanço do modo de produção capitalista que também se estendera para a agricultura, o Estado sofre pressões do nascente capitalismo industrial e é forçado a criar organismos com a finalidade de alterar o cenário da agricultura brasileira, considerada empecilho ao desenvolvimento da indústria no país. E neste contexto, "*para que tais mudanças ocorressem se fazia necessário uma revolução que buscasse contornar a mobilização das massas e os compromissos políticos e sociais que conduzissem a uma alteração da estrutura da propriedade agrária"* (FERNANDES, 2011).

Existem vários momentos marcantes para a reforma agrária brasileira, dentre eles na década de 1960 a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), no governo de João Goulart, sendo essa a primeira ação em prol do programa de reforma agrária do país. Segundo SOUZA (2001), as reivindicações por uma melhor redistribuição das terras como forma de se fazer democracia e justiça social, e por melhores condições de trabalho no campo, decorrentes de uma maior articulação dos trabalhadores da agricultura, no inicio dos anos 60, nas regiões mais dinâmicas (Sul e Sudeste), levaram o governo do então presidente João Goulart a criar, em 1963, dentro do programa "reformas de base", a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a editar o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas, até então restritos aos empregados

urbanos. A criação da SUPRA seria o que se considera a primeira ação oficial para a implantação de um programa de reforma agrária no Brasil.

> A pressão das ligas camponesas do Nordeste levou o governo João Goulart a instituir o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, dando, teoricamente, aos camponeses os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos (estabilidade do emprego, indenização de licenciamento). Tais direitos não foram realmente aplicados e deram lugar a expulsões massivas e à reação dos agricultores, estimulando a constituição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) locais. É também nesse período que os comunistas promoveram a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). (SABOURIN, 2008).

O novo associativismo agrário se expandiu pelo conjunto do país com o apoio do setor progressista da Igreja católica, instituição que converteu a força capilar das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS na criação da Comissão Pastoral da Terra - CPT, em 1975.

Em 1985, logo após a criação do MST com a volta da democracia, foi criado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, combatido pela classe patronal e pela União Democrática Ruralista - UDR este não chegou a ter aplicação relevante antes da Constituição de 1988.

> Sem uma organização coletiva forte e determinada dos “sem-terra”, que recorrem ao mecanismo de ocupação de propriedades improdutivas, por razões políticas, técnicas e financeiras, a reforma agrária nunca teria deslanchado; ao contrário, teria se limitado à colonização de frentes pioneiras (Cerrados dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão Piauí e Floresta Amazônica) ou à distribuição de terras públicas. Sem embargo, se os movimentos sociais conseguiram de modo relativamente fácil obter a distribuição de terras, pelo menos até 1998, sempre foi muito mais difícil negociar ou organizar seu aproveitamento produtivo. (SABOURIN, 2008).

Aqueles que são contrários à reforma agraria preferem abordar as questões econômicas, que visa sempre o lucro pessoal e não o desenvolvimento local, focando na pauperização do homem do campo. São as políticas econômicas equivocadas que causaram exclusão e concentração de riqueza nas mãos de poucos, vinculação direta de nossa economia ao capital estrangeiro e, principalmente, a não realização de uma reforma agrária ampla. A redução da concentração de terras, e a sua melhor distribuição, poderia abrandar o problema da pobreza no país.

Além do mais, a maioria das terras dos grandes latifundiários ficam intactas, tornam-se improdutivas e só fazem somar ao acúmulo de bens do proprietário, que ainda conta com os maiores investimentos, enquanto isso, o pequeno proprietário que tem pouco acesso aos créditos. A pequena propriedade não é importante somente na questão de empregos, mas também na produção de alimentos, criação

de animais, desenvolvimento de máquinas, técnicas de irrigação, adubo, enfim tudo gira em torno das pequenas propriedades (BATISTA & OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto a agricultura familiar[2], realizada nas pequenas propriedades rurais devem ser observadas detalhadamente, para que possa alcançar e favorecer todo um conjunto de situações de interação entre o homem e a natureza, visando uma mudança na maneira de produzir, que devem ser diferenciadas em relação às utilizadas pelos grandes produtores.

4.1.1 Reforma Agrária em Alagoas

Desde 1817, quando Alagoas tornou-se independente de Pernambuco, a cultura do algodão foi uma das principais culturas na região do semiárido de alagoas, já que todo região litorânea e parte dos tabuleiros estavam ocupadas em sua grande maioria pela cana-de-açúcar. A intensa ocupação passou a preocupar os donos de engenho, receosos de que as constantes queimadas e derrubadas das matas os deixassem sem seu principal combustível, a lenha.

Desde essa época, em Alagoas, terra é sinônimo de poder. Por essa razão, como em várias outras regiões do País, os grandes proprietários tratavam de garantir suas propriedades cercando-se de homens e armas. Assim, quando surgiram os primeiros problemas de posse de terra, com as tentativas de regularização fundiária, após o período colonial, já ocorriam em Alagoas “soluções” apoiadas na “lei do mais forte”. Essa prática tornou-se corriqueira no interior alagoano, chegando a persistir até bem pouco tempo em algumas regiões do sertão, onde a luta pela terra e pelo poder dizimou famílias inteiras (SOUZA, 2001).

A força do trabalho escravo em Alagoas não foi substituída de imediato pelo trabalho assalariado. Durante muito tempo, predominaram outras formas de relação de produção, como o regime de “meação” e a utilização do “morador”. Os negros

[2] A Agricultura familiar é essencialmente a atividade agrícola que é desenvolvida pelos membros da família, qualificados como agricultores familiares. A legislação estabelece como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, que possua propriedade com área máxima de quatro módulos fiscais, utilize mais mão de obra familiar que contratada, que gere renda importante para a família nessa atividade e que dirija a unidade produtiva com a família (Lei Federal Nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

libertos ou remanescentes dos quilombos extintos, sem meios para produzir, teriam que se adaptar a essa nova situação, que pouco diferia da anterior. Essas formas, que tinham como principal característica a manutenção dos trabalhadores como reserva de mão-de-obra para sua utilização quando necessário, estão praticamente abandonadas atualmente, embora ainda possam ser encontradas esporadicamente em algumas áreas do sertão. (SOUZA, 2001)

No período do chamado “Milagre Econômico Brasileiro[3]”, ocorrido sob regime militar, os governantes de Alagoas alardeavam grandes realizações, com a implantação de projetos estruturantes no interior e a execução de importantes programas de reforma agrária. O caráter dessa reforma agrária, entretanto, tinha como referência os programas de modernização da agricultura e apoio à agroindústria do Governo Federal, como PROTERRA, o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo que buscaram caminhos que tinham como finalidade principal aumentar a produção de alimentos para o consumo e adequar a agricultura brasileira aos padrões tecnológicos modernos, deixando intocada a estrutura fundiária, principal razão das demandas por reforma agrária no período. (SOUZA, 2001)

Analisando a forma com que o país foi colonizado e as características de Alagoas, quando província independente de Pernambuco, é possível perceber que ocorreu uma distribuição de terras e poucos foram beneficiados, ficando a maior parte das terras produtivas concentradas entre as famílias que detinham o poder econômico e político na época.

Pode se observar que o tempo levado para chegar ao patamar que a reforma agrária se encontra em Alagoas, demorou bastante pelo fato de que as políticas públicas criadas para favorecer a classe dos trabalhadores rurais e/ou assentados, demoram a chegar para as famílias beneficiadas trazendo mais dificuldades para alcançar seus objetivos como produtor rural.

4.1.2. Reforma Agrária em Atalaia

Segundo os historiadores, o município de Atalaia recebeu essa denominação por ter sido o local onde as forças que lutavam contra os Palmares ficavam de

[3] Período da história do Brasil entre os anos de 1969 – 1973, marcado por forte crescimento da economia durante o Regime Militar.

"atalaia". Outros acreditam que foi uma homenagem feita pelo Rei de Portugal ao Visconde de Atalaia, quando os habitantes do povoado pediram ao Rei a criação da vila. O início do povoado vem do século XVII, época dos Quilombos, que chegou até ser chamado Arraial dos Palmares. Coube a Domingos Jorge Velho abrir caminhos para as tropas através das matas. Quando a luta acabou, foram distribuídas sesmarias aos vencedores. A parte que coube a Jorge Velho se transformou no povoado de Atalaia, onde foi erguida a igreja de Nossa Senhora das Brotas. Por muitos anos, o povoado teve grande prosperidade, mas as lutas políticas fizeram com que os habitantes partissem, enfraquecendo o comércio e trazendo a decadência ao município, que não conseguiu mais recuperar seu prestígio do ponto de vista econômico. Foi o quarto núcleo de povoamento de Alagoas e cidade-mãe dos municípios de União dos Palmares, Capela, Cajueiro, Viçosa, Pindoba, Chã Preta e Murici.

A partir do ano de 1694, iniciou uma supressão das matas para a exploração da madeira, a região também contava com solos bastantes férteis e um enorme potencial hídrico e fora iniciado também os plantios de subsistência para a população local, como o feijão, inhame, batata-doce, mandioca e milho.

Em meados do século XVII, a cana de açúcar foi introduzida no município de atalaia, mas ainda não seria o principal cultivo da região e era cultivada com harmonia com as demais culturas agrícolas da região, mas no final do século XVII e início do século XVIII, a cana de açúcar passou a suplantar as demais culturas agrícolas.

Com o desenvolvimento da cultura canavieira no município de atalaia, surgiram os primeiros engenhos banguês, e até o ano de 1854 haviam 30 engenhos. Em 1859 caíram para 26 o número de engenhos na região e até o ano de 1870 existiam mais de 60 engenhos.

No final do século XIX, os engenhos centrais evoluíram para modernas usinas, e em 1882 surgiu a primeira usina açucareira em Alagoas, a Usina Brasileiro, propriedade de Felix Gustavo de Wandesmeth, Barão de Wandesmeth. A usina ficava a 10km da cidade de Atalaia. No ano de 1960 as propriedades da Usina foram dadas ao Banco, pela justiça, como pagamento de dívidas. Atualmente, as terras da Usina Brasileiro comportam quatro assentamentos da reforma agrária: Margarida Alves II, Ipê Amarelo, Brasileiro e Varese.

A segunda Usina a surgir em Atalaia, foi a Usina Uruba no ano de 1906. Essa Usina foi a evolução do Engenho Uruba da família Peixoto, seus primeiros donos. Em 1970 foi vendida ao grupo João Lyra e atualmente é administrada por uma cooperativa de produtores de cana de açúcar.

Em 1920 surge a terceira Usina de cana-de-açúcar em Atalaia, a Usina Ouricuri, que pertencia a Manoel Tenório de Albuquerque Lins, que na década de 1990, por falta de tecnologia que barateasse e aumentasse a produção e também por conflitos familiares na disputa pela herança, foi à falência. Atualmente nas terras da usina Ouricuri existem seis assentamento que são: Ouricuri/Milton Santos, Ouricuri II/Jaelson Melquiades, Ouricuri III/Francisco de Souza, São Pedro II, São Luiz e o Padre Cicero/Miranda. Existem ainda na região mais três acampamentos: São José, Timbó e o Sonho de Rose.

Não existindo registros referentes às datas de fundação, mas outras três Usinas existiram em Atalaia e dentre elas estão as Usinas Rio Branco, que pertencia a Oscar Bernard, a Usina São Jose que pertencia a Alberto Tenório e a Usina Vitória do Cacau do Major Sabino da Silva Moraes.

Grande parte do território rural de Atalaia, como descrito anteriormente, foi ocupada pelo latifúndio da cana-de-açúcar, dominado por um bom tempo por usinas de Cana-de-açúcar. Neste cenário, desde a falência da Usina Ouricuri no início da década de 1990, o território tem sido palco de diversos conflitos, se configurando como um território emblemático na disputa por terras no campo alagoano.

> Embalados pela conquista da Fazenda Timbozinho, em 17 de março de 1997, o Movimento continua luta com novas ocupações, e no mesmo mês, no município de Atalaia, acontece a ocupação da Fazenda Canto, por noventa famílias. ”...” Em 25 de Abril de 1997, 320 famílias ocuparam a fazenda Boa Fé, em Atalaia, sendo despejadas dois dias depois; a fazenda foi recuperada e julho do mesmo ano, mas as famílias foram despejadas violentamente por um grande aparato policial, liderado pelo coronel Pimentel. ”...” Em 17 de junho 1998, 1.200 famílias ocupam a falida Usina Ouricuri, no município de Atalaia; não houve despejo só ameaças e confronto com pistoleiros da Usina Triunfo, que plantava cana nas terras da falida usina. (SILVA, 2013)

Com a organização dos movimentos sociais de luta pela terra, com grande destaque de atuação do MST, em grande parte das áreas das usinas falidas Ouricuri e Brasileiro, foram criados projetos de assentamentos da reforma agrária, que hoje beneficiam diretamente mais de 500 famílias de agricultores familiares.

Após quase duas décadas ainda persistem áreas em conflito, como o existente no Acampamento São José, nas terras da fazenda São Sebastião que

também faz parte da área da antiga Usina Ouricuri, que há 12 anos aguardam a regularizam da área e onde ocorreu o assassinato de Jaelson Melquíades, dirigente estadual do MST, em novembro de 2005, e que até o momento permanece impune.

Além do Acampamento São José, outra área emblemática na questão da luta por reforma agrária no município de Atalaia é a do Acampamento Sonho de Rose, situado na Fazenda Olhos D'água (antiga Fazenda Canto), que permanece em conflito há 18 anos, onde as famílias alimentam o sonho de terem sua situação regularizada através da desapropriação da área.

4.2. Concepção de Assentamento Rural

Do ponto de vista institucional, o assentamento é um espaço geográfico delimitado, ocupado por um conjunto de famílias que são beneficiárias de programas governamentais da reforma agrária, sendo instituído a partir de um ato administrativo que especifica o território, seleciona as famílias e que estabelece condições legais para uso e posse da terra (SAUER, 2005).

Sob um aspecto político, a criação de um assentamento é resultante de conflitos, lutas e demandas sociais pelo direito de acesso à terra através de mobilização social no enfrentamento a poderes políticos, requerendo dos grupos sociais envolvidos uma organização social e política em contraponto ao latifúndio.

Compreendendo a dimensão política de constituição de um assentamento, faz-se necessário que seja observado seu contexto geográfico e considerados os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e as condições agrícolas, climáticas, ambientais dentre outras.

Segundo Sauer apud Leite (2005):

> Os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional.

São impactos que se refletem não apenas na produção agropecuária e economia local, mas também implicam em alterações sociais e políticas, reconfigurando muitas vezes a correlação de forças locais e nacionais.

Além de viabilizar o acesso à terra, a criação de assentamentos realiza interações sociais mediadas por processos organizativos internos resultando na criação de associações, cooperativas, grupos produtivos, etc.

Sendo assim, o assentamento se constitui com um lugar de vida, de moradia, de lazer, de trabalho, ou seja, um local de pertencimento das famílias onde se realizam dimensões da vida concreta e simbólica dos sujeitos, que se inserem no processo de luta pela terra.

4.2.1. Modalidades de Assentamento

Sabendo que um assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde originalmente existia apenas um proprietário, sabe-se que a aquisição de terras para a reforma agrária é feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é por desapropriação, seguido do processo de compra e venda, onde imóveis de particulares são incorporadas à reforma agrária.

Desde os primeiros passos para aquisição de terras, que parte de pesquisas em cartórios feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações apresentadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, as terras já começam a ser avaliadas para saber em que modalidade de assentamento rural ela se enquadra.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, existem dois grupos para distinguir as modalidades de assentamentos propostos pela Política Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o Grupo 1 são referentes aos assentamentos criados pelo INCRA, já o Grupo 2 são referentes as áreas reconhecidas pelo INCRA, sendo elas criadas por outros órgãos competentes, e esses grupos são os seguintes:

Quadro 1 - GRUPO I: Modalidades de Projeto criados pelo INCRA atualmente.

MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito de Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Titulo de Propriedade) de responsabilidade da União.

Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	• Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	• É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte; • A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; • Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso; • O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF´s.

Fonte: INCRA

Além das modalidades acima, o Incra já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) os Projetos de Colonização (PC), os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Colonização Particular (PAP), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Conjunto (PAC). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso. Eram previstas ainda outras modalidades que, no entanto, nunca foram criadas.

Quadro 2 - GRUPO 2: Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA.

MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Estadual	PE	• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; • Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; • Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade dos municípios.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra)	PCT	• Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação; • Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infraestrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; • Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.
Reservas Extrativistas	RESEX	• Reconhecimento pelo INCRA de áreas de Reservas Extrativistas - RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelo órgão ambiental Federal ou Estadual quando da criação das RESEX.

Território Remanescentes Quilombola	TRQ	• Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; • Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP	• Projetos criados pelo Estado ou Municípios; • Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A.
Reassentamento de Barragem	PRB	• A implantação é de competência dos empreendedores e o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.
Floresta Nacional	FLONA	• A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelo órgão ambiental Federal quando da criação das FLONAS.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	• De competência do IBAMA; • São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A); • O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.

Fonte: INCRA

Apesar dessas nove modalidades não serem criadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o mesmo reconhece essas modalidades como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, fazendo com que todas tenham que cumprir seu papel social, econômico e de desenvolvimento rural sustentável.

5. ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.

O imóvel rural Fazenda Olhos D'água, antiga Fazenda Canto, com área de 226,95 ha, localizado nos municípios de Atalaia – AL e Maribondo – AL, vive um conflito de terras desde o ano de 1998, quando houve a instalação de um acampamento de reforma agrária "Sonho de Rose" formado por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, que reivindica, desde então a destinação da área para fins de reforma agrária, com a implantação de Projetos de Assentamento.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão da autarquia federal que tem a missão prioritária de implementar a política de reforma agrária e realizar ordenamento fundiário nacional, foi acionada para regularizar a situação do imóvel rural.

Após a ocupação do imóvel, o INCRA realizou quatro vistorias técnicas que resultaram em três Laudos de vistoria e avaliação e uma Diagnose visual dos aspectos ambientais do imóvel, contidos no Processo Administrativo nº 5436.000794/2003-01 – Fazenda Olhos D'água/ Canto.

5.1. Laudos de vistorias do Imóvel realizado pelo INCRA

Em dezembro de 2003, foi aberto o primeiro processo para autorizar a realização da vistoria preliminar do referido imóvel e no dia 04 de maio de 2004, a equipe técnica do INCRA responsável pela vistoria recomendou diante das análises feitas a aquisição do imóvel rural, no entanto não fora dada continuação ao processo de aquisição, sendo retomado em 2008.

O parecer conclusivo sobre a viabilidade técnica e econômica para fins de implantação de Projeto de Assentamento no imóvel, que concluiu que as terras do imóvel, o clima onde está situado e os recursos hídricos de superfície, viabilizam a exploração agrícola, com certo cuidado por conta do relevo, com implantação de práticas conservacionistas, como também a exploração de olerícolas, frutíferas e outros cultivos. Desta forma em sua conclusão recomendam a aquisição pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal para futura criação de área de assentamento.

Em 14 de julho de 2008 um novo laudo de vistoria foi realizado por um técnico designado pelo INCRA, que em suas conclusões recomendou a aquisição do imóvel rural para fins de reforma agrária.

Este parecer técnico sobre a viabilidade de se criar um assentamento no Imóvel Rural, apresentado nesse laudo, recomendou o uso em potencial da área com um planejamento como alternativa de viabilidade, associado a um gerenciamento técnico das atividades agropastoril e de gestão que darão suporte ao desenvolvimento econômico, politico, social, produtivo e ambiental. Apresenta, ainda a possiblidade de utilização de uma área útil de 81,52 ha, onde poderão ser assentadas 13 famílias.

Em 20 de outubro de 2008 o Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação – GTVA, solicitou ao serviço de meio ambiente um relatório sobre as questões ambientais levantadas no Laudo de Vistoria e no período de 29 e 30 de outubro de 2008, foram até o imóvel rural para fazer sua análise ambiental da área.

Na diagnose produzida pelo serviço de Meio Ambiente do INCRA a área do Imóvel rural atualmente coberta por floresta com encosta de alta declividade e que a distribuição de lotes ocorreria em formato de feixes estreitos demarcados morro a baixo e abrangendo áreas como as de proteção permanente, essa seria uma configuração que dificultaria e oneraria práticas agrícolas que garantissem a médio prazo a sobrevivência das famílias assentadas. Destacam que a "*implantação de assentamentos da reforma agrária em áreas ambientalmente frágeis, associado a falta de qualificações técnicas dos assentados, tem se constituído em um catalisador para a derrocada de ecossistemas sensíveis como os da mata atlântica no Nordeste do Brasil."* Citando também algumas características do imóvel, que são:

- Maior parte do imóvel está em área de APP ou por declividade ou pela presença de corpos hídricos;
- Solos bastante rasos, apresentando diversos afloramentos rochosos;
- Dificuldade no acesso;
- Dezenas de famílias que residem na área a mais de uma década.

Em 24 de novembro o Grupo Técnico se reunião para analisar o relatório emitido pelo Serviço de Meio Ambiente e em seguida por dois votos contra um o Grupo Técnico não recomendou o prosseguimento do processo de aquisição do imóvel. Segundo a Diagnose visual dos aspectos ambientais do imóvel rural,

inviabiliza a aquisição do imóvel pelo motivo de que a maior parte do imóvel está em área de preservação permanente – APP, ou por declividade ou pela presença de corpos hídricos, alega que os solos são bastante rasos e o acesso é difícil.

No entanto, em 24 de outubro de 2011, uma nova ordem de serviço foi emitida para uma nova avaliação do imóvel e em 15 de dezembro de 2011, foi concluído o laudo que o imóvel rural é viável, sobre o aspecto técnico e econômico para fins de implantação de Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais, desde que observado o uso potencial recomendado para o imóvel considerando a vocação regional, condições climáticas e a topografia do imóvel, bem como a capacidade de assentamento do imóvel para as 9 famílias acampadas na época em uma área útil de quase 100 ha.

Diante a análise técnica feita pelos responsáveis das duas primeiras avaliações de terra, ambos constataram que a fazenda Olhos D'água tem em média 90,78 hectares de área apta para exploração agropecuária que corresponde a 40% da área total do Imóvel. Já na última Avaliação de Terra fora constado uma área de 99,96 hectares de área apta para exploração agropecuária.

No ano de 2013 foi solicitado, pelo chefe da divisão de obtenção de terras e implantação aos Peritos Federais Agrários, a elaboração de relatório técnico que recomende o prosseguimento ou arquivamento do processo. No relatório técnico os peritos concluem que, após analise dos fatores elencados nos laudos agronômicos de vistoria e avaliação e da observação feita durante a visita no imóvel rural, que o mesmo não apresenta condições para a implantação de projeto de assentamento da reforma agrária, considerando as características físicas e edafoclimáticas e conforme já se tinha sido verificada e concluído pelo Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação realizada em 2008. Outro fator considerado pelos Peritos do INCRA é de que o custo por família assentado ficaria muito acima dos R$ 80.000,00 estipulado pela portaria ministerial 5, 6 e 7, que devido a pequena capacidade de assentamento de famílias. Logo, os peritos recomendam o arquivamento do processo administrativo referente a aquisição do Imóvel Fazenda Olhos D'água, antiga Fazenda Canto.

5.2. Estudo Técnico Realizado pela Equipe Técnica do Centro Zumbi

A ideia de realizar o estudo técnico partiu inicialmente de uma demanda existente há anos na região, onde as famílias acampadas no imóvel aguardam resolutividade no conflito vivido para que possam dar continuidade ao seu desenvolvimento na área, ocupada por elas há 18 anos. Diante disto, em 2014, a direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, juntamente com o Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, decidiram em conjunto elaborar um estudo técnico para analisar a viabilidade produtiva, econômica, social e ambiental do imóvel, na busca de levantar dados suficientes que possam subsidiar tecnicamente e politicamente para o processo de regularização da área em comparação aos laudos e pareceres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA referente a área de estudo

Primeiramente foi selecionada a equipe técnica que iria a campo realizar os levantamentos necessários para a elaboração do estudo técnico. Após a equipe técnica multidisciplinar selecionada, alguns direcionamentos foram traçados no intuito de otimizar o tempo para as atividades, considerando inclusive a composição da equipe por profissionais de diversas áreas, o que contribuiu tanto no trabalho realizado em campo quanto na sistematização do estudo.

Chegando ao local de estudo a equipe técnica fora dividida, uma parte ficou reunida com os acampados, no intuito de iniciar uma conversa sobre as questões sociais, ambientais, econômicas e produtivas existentes no acampamento, através de um Diagnostico Rápido e Participativo– DRP, para facilitar o entendimento da história de luta dos acampados e também a história do Imóvel Rural.

Enquanto parte da equipe realizava o DRP do acampamento a outra parte da equipe se deslocou para realizar o georreferenciamento da área de estudo, utilizando GPS de navegação Dakota 20. No georreferenciamento foram levantados dados sobre as áreas referentes à reserva legal, proteção permanente, nascentes, locais onde os barracos estão construídos, outras infraestruturas da antiga Fazenda que resistiram com o tempo, como também as áreas que existem produção agropecuária.

5.2.1 Caracterização do Imóvel

5.2.1.1 Histórico da Ocupação da área

Conforme relatos a Fazenda Olhos D'água foi ocupada no ano de 1998 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, inicialmente contava com a participação de 18 famílias sem-terra chegando a ter 254 famílias acampadas. Com o passar do tempo e a indefinição da desapropriação da área, muitas famílias migraram para outras áreas da região, e hoje a grande maioria destas famílias estão assentadas em Projetos de Assentamento do Povoado Ouricuri.

No Acampamento Sonho de Rose permaneceram nove famílias, que desenvolveram suas atividades produtivas, estabeleceram vínculos sociais e de convivência e criaram suas famílias. Há ocupantes que chegaram na área ainda crianças e hoje têm suas famílias constituídas e criam seus filhos.

Hoje residem no acampamento 15 famílias sem-terra, todas organizadas junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, que resistem e alimentam o sonho de terem sua situação regularizada para que possam potencializar o desenvolvimento social, econômico e ambiental na área, com possibilidade de acessos a políticas públicas destinadas a agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Ao longo dos anos os trabalhadores rurais receberam algumas ordens de despejo, inclusive recentemente, porém insistem em permanecer na área dada a função social que a terra deve cumprir além da pertença que os acampados que lá residem tem com a área, onde produzem e constituíram suas famílias.

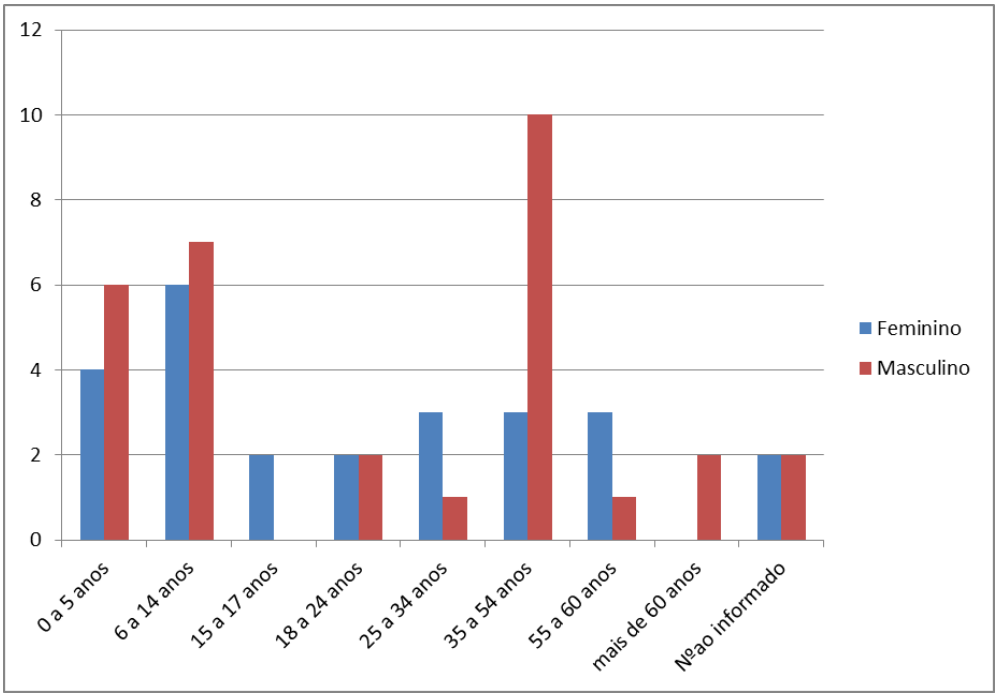
5.2.1.2 Perfil das famílias ocupantes

Conforme descrito anteriormente, o acampamento Sonho de Rose é formado por 15 famílias sem-terra. A partir dos dados coletados em entrevistas realizadas com 100% dos (as) acampadas (as), constatamos que a população atual do acampamento é de 56 pessoas, cuja distribuição por sexo e faixa-etária podemos verificar no

Gráfico 1 - Faixa etária por gênero da população acampada, e nele poderemos perceber que tem uma significativa parcela da população que é jovem,

além de possuir um número considerável de crianças, o que significa que desde seu nascimento residem na área.

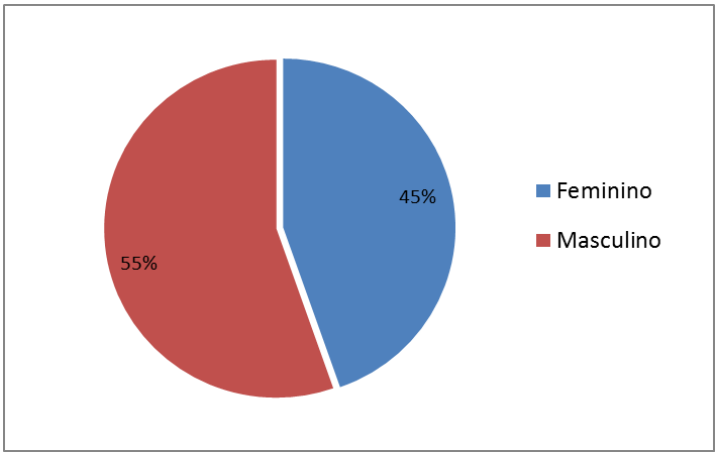
Gráfico 1 - Faixa etária por gênero da população acampada.



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

No Gráfico 2 apresentamos a composição da população conforme o gênero, e nele verificamos que há uma diferença pequena entre a população assentada, e nas entrevistas realizadas de coleta de dados pudemos verificar que as mulheres têm importância significativa na organização do acampamento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das atividades que lá são desenvolvidas.

Gráfico 2 - Distribuição da população acampada por gênero.



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

Em relação a renda das famílias acampadas no acampamento Sonho de Rose, podemos dizer que das 15 famílias que ocupam a área, apenas 5 delas tem outra fonte de renda de origem não-agropecuária.

Entre os entrevistados, referente à renda de origem agropecuária, dois responderam que não possuíam renda oriunda desta atividade, pelo fato de que são novos no acampamento, sete informaram que tem renda inferior a um salário mínimo e apenas um acampado alegou consegue ter renda entre um e três salários mínimos e cinco não responderam sobre sua renda

A renda total das famílias acampadas, de origem agrícola e não agrícola conforme a informação obtida apresenta que, seis famílias tem uma renda mensal entre um e três salários mínimos, três famílias estão com a renda abaixo de um salário mínimo e seis acampados não quiseram responder sobre a sua renda mensal.

5.2.1.3 Organização social e política das famílias

As famílias acampadas de Sonho de Rose participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST, movimento social que vem contribuindo para o fortalecimento das mesmas durante toda a trajetória do acampamento, além do envolvimento delas em processo de formação política e de organização, ainda que venham convivendo com impossibilidade de acesso a várias políticas públicas.

A organização das famílias em um movimento social de luta pela terra, além de contribuir para a resistência na sua luta cotidiana pela conquista da área que ocupam, contribui para sua organização interna, onde estas realizam reuniões sistemática para organização cooperada da produção, bem como espaços políticos estratégicos para acesso a direitos sociais como escola no acampamento, transporte para escoamento da produção nas feiras livres, atendimento no posto de saúde no povoado mais próximo, além da participação nos espaços organizativos do MST, no âmbito de fortalecimento da luta pelo projeto de Reforma Agrária Popular.

5.2.1.4 Produção agropecuária

O acampamento está localizado em uma região da mata alagoana caracterizada pela alta precipitação pluviométrica que está acima de 1200 mm/ano.

Este fator traz aspectos positivos, pois permite o desenvolvimento de diversas culturas, porém requer cuidados, pois ao mesmo tempo, faz com que a região apresente áreas alagadas, susceptíveis ao surgimento de pragas e doenças.

O acampamento apresenta variações topográficas, com relevos variando de suave a fortemente ondulado. Sendo este, ainda mais acentuado e o caracterizando, em grandes partes, como Áreas de Preservação Permanente, com uma vegetação rica e densa.

Com relação aos aspectos produtivos, o Acampamento Sonho de Rose possui características importantes e que não diferem de áreas de assentamentos da região. As famílias acampadas desenvolvem atividades agropecuárias de forma diversificada, mesmo sem ter acessado nenhum tipo de crédito para tal finalidade.

Em visita "*in loco"*, a equipe técnica constatou a produção de culturas como: batata doce, fava, feijão, inhame, mandioca e milho. Além de sítios com frutíferas diversas, com: banana, manga, coco, pitomba, goiaba, caju, araçá, entre outros.

Em levantamento realizado com GPS de navegação, foi quantificado aproximadamente 9,48 ha de produção agrícola. Esse levantamento ainda mostra que a área do acampamento possui hoje 15,53 ha de capoeira e pouco mais de 50,53 ha de pastagem nativa, o que favorece o interesse dos acampados na criação de animais de produção.

A responsabilidade pela produção é de toda a família, participando do processo produtivo homens, mulheres e jovens. A aptidão familiar está voltada para a produção e culturas de ciclo curto que auxiliam no consumo dos acampados e na criação de animais de pequeno e grande porte, que auxiliam no consumo e na realização dos trabalhos na comunidade. Sendo que o excedente da produção é comercializado em feiras livres ou entregue diretamente para atravessadores.

Um fator negativo para o desenvolvimento produtivo das famílias está relacionado à falta de infraestrutura básica para garantir beneficiamento e armazenamento da produção, além disso, o escoamento da produção torna-se também um fator limitante para os acampados, pois a principal estrada de acesso ao acampamento encontra-se em péssimo estado de trafegabilidade, tendo suas condições pioradas em períodos chuvosos.

Embora exista uma variedade de produtos desenvolvidos pelas famílias da área, é notável a predominância da cultura da mandioca e do inhame, seguido da diversidade frutífera, que em sua maioria, foram herdados da antiga fazenda.

A forma de plantio passa por um processo de transição, onde as famílias acampadas procuram sair do modelo de produção convencional para o agroecológico, através de práticas de conservação do meio ambiente.

Na prática, a produção do acampamento é consorciada, segue abaixo, em forma de tabela, alguns modelos consorciados:

Tabela 1 - Modelos de cultivo consorciados.

CULTIVO CONSORCIADO	ÁREA (HA)
Banana/Laranja/Milho/Abóbora	1,6
Macaxeira/Inhame	0,83
Milho/Abóbora	0,14
Macaxeira/Feijão	0,86
Milho/Feijão/Macaxeira	1,6
Banana/Batata Doce/Milho	0,96
Milho/Batata Doce /Feijão/Macaxeira/Inhame	0,94
Banana/Abóbora/Milho/Feijão/Batata Doce	0,56
Feijão/Batata Doce/Milho/Inhame	0,39
Macaxeira/Feijão/Batata Doce	0,13
Macaxeira/Inhame/Milho/Fava	0,26
Sitio (Goiaba, Manga, Caju,. Araçá, Jaca etc.)	0,91
Inhame	0,44
Total Geral	**9,62**

Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

Com relação ao efetivo pecuário existe aptidão na criação de animais de pequeno, médio e grande porte, como mostra a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Atividade pecuária do Acampamento Sonho de Rose.

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Aves*	272
Bovinos	17
Equinos	8

Caprinos	4
Ovinos	6
Muares/asininos	11
TOTAL	**318**

Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

* Refere-se à criação de galinhas, gansos, peru, guiné e pato.

O **Tabela 2** mostra uma predominância na criação de aves, fato que pode ser explicado pela importância que esses animais têm no consumo familiar. Enquanto que os animais de grande porte existentes estão diretamente relacionados ao auxílio nas atividades produtivas da unidade familiar (tração animal, escoamento da produção e transporte de pessoas).

5.2.1.5 Sistema de Produção

O sistema de produção do acampamento Sonho de Rose é desenvolvido de forma rústica onde as famílias usam o mínimo de tecnologia possível, pois estas não dispõem de infraestruturas para essa finalidade, na grande maioria os trabalhos de aração e gradagem, quando ocorrem, é feito através tração animal. As famílias acampadas armazenam suas sementes para garantir o plantio do ano seguinte e não possuem o hábito de comprar insumos em casas agropecuárias, aproveitam insumos disponíveis na própria comunidade fazendo uso de esterco de animais e restos de culturas como forma de garantir adubação do solo, esse sistema diz respeito à forma de organização das mesmas, onde a mais de 10 anos as famílias acampadas desenvolvem um modelo de produção diferenciado do tradicional modelo de produção convencional.

5.2.1.6 Canais de comercialização

Com relação à comercialização, faz-se necessário salientar que as famílias acampadas enfrentam grandes dificuldades para garantir o escoamento da produção devido tanto pela falta de transporte, que poderia facilitar a saída dos produtos desenvolvidos no acampamento, quanto pelas péssimas condições das estradas de acesso a área. Esse fator abriu a possibilidade da entrada de atravessadores que vão ao acampamento com o intuito de adquirirem produtos de qualidade desenvolvidos pelos acampados e abaixo do preço, as famílias que conseguem

escoar sua produção contam com ajuda de animais de serviços que levam os produtos até a BR e em seguida fretam transportes para conseguirem comercializar em feiras livres. Em entrevista com os acampados foi constatado que o principal canal de comercialização é as feiras livres dos municípios de Atalaia, Maribondo e Boca da Mata pelo fato de estas cidades estarem situadas mais próximas do acampamento.

A entrega dos produtos seja para atravessadores, seja para as feiras livres é feita diretamente sem nenhum tipo de beneficiamento, agregação de valor ou geração de subprodutos e o fato de venderem sua produção *in-natura* faz com que o lucro obtido pelas famílias produtoras não seja satisfatório.

5.2.1.7 Atividades não agrícolas

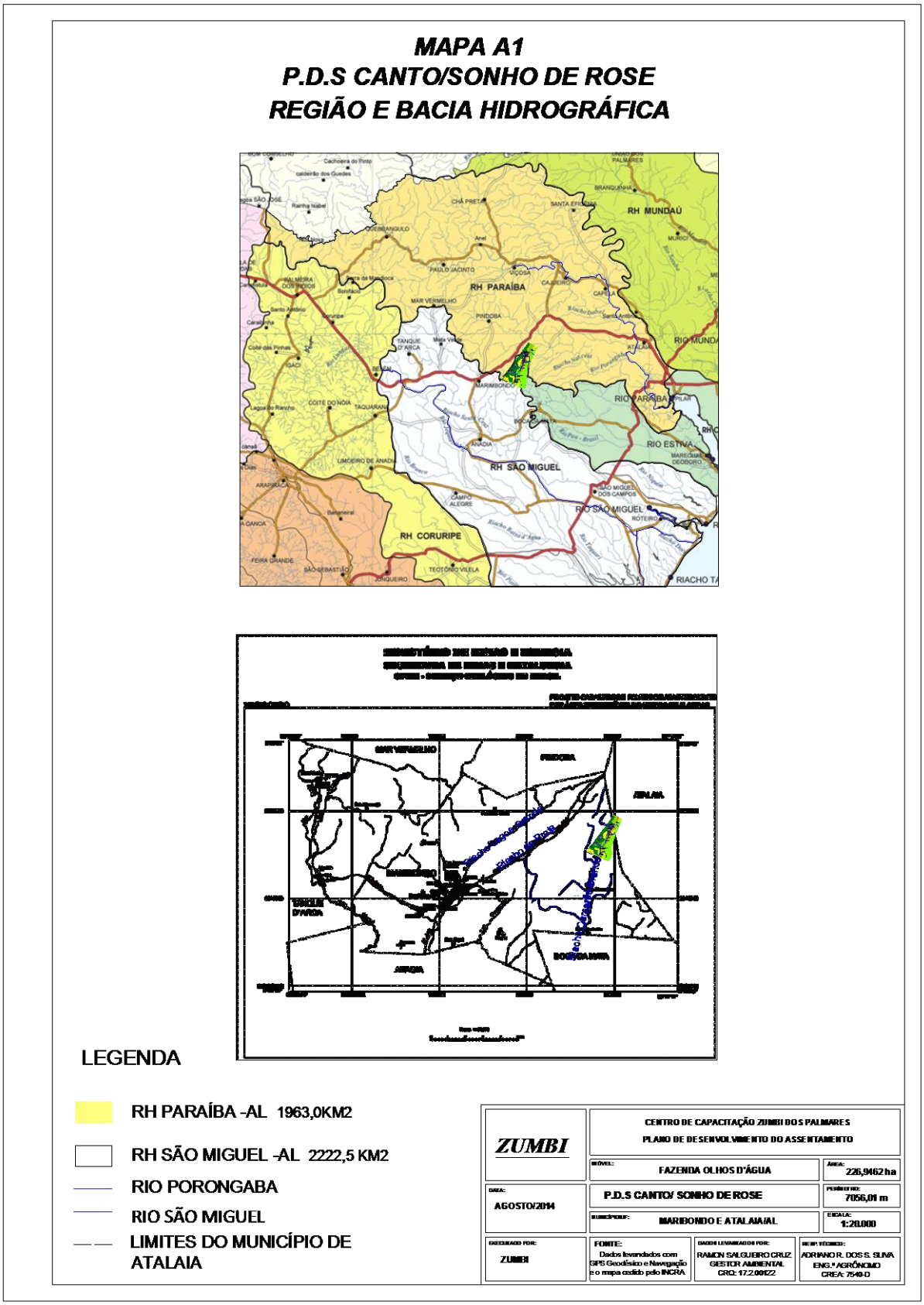
Com relação a outras atividades que não estejam ligadas diretamente a agricultura ou pecuária a equipe técnica não constatou nenhuma atividade diferenciada. Em entrevista com as famílias acampadas o que foi constatado apenas foi o interesse que as mulheres demostraram em desenvolver atividades ligadas ao artesanato ou outro tipo de atividade que lhes pudessem ser importantes na garantia de renda extra, porém não existe nenhum incentivo por parte da prefeitura municipal de Atalaia nem tão pouco por outro órgão que pudesse estar interessado em tal finalidade.

5.2.2 Características físicas e edafoclimáticas

5.2.2.1 Região da Bacia Hidrográfica

O **Mapa 1** representa a Região da bacia hidrográfica em que está inserido o imóvel rural, fazenda Olhos D’água, local da área de estudo. Demonstrando que o acampamento está na região da Bacia Hidrográfica do Paraíba.

Mapa 1– Região e Bacia Hidrográfica no Acampamento Sonho de Rose



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares – Zumbi

5.2.2.2 Uso atual da Cobertura do Solo

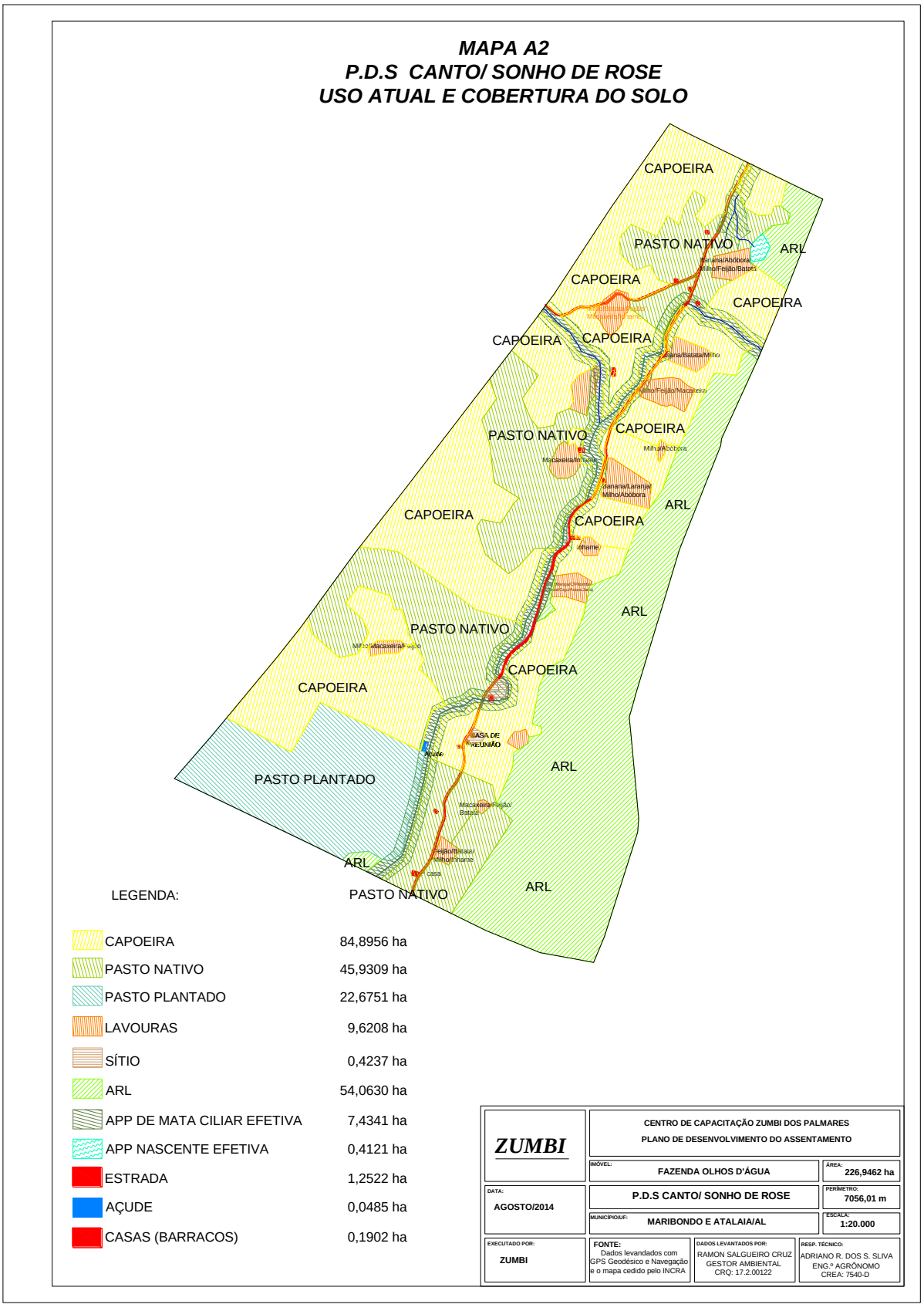
O Acampamento Sonho de Rose em sua maior proporção, conta com um percentual bastante considerável de vegetação nativa e plantações de culturas de subsistência, conforme pode ser visto no **Quadro 3**. A vegetação Nativa (Mata Atlântica), que haviam sido devastadas no período anterior a formação do acampamento vem se regenerando naturalmente com o passar dos anos, onde hoje se encontram alguns fragmentos significativos de preservação e conservação, ilustrado no **Mapa 2**.

Quadro 3- Distribuição da cobertura vegetal e sua distribuição em percentual de área

ÁREA	HA	%
CAPOEIRA	84,8956	37,41%
PASTO NATIVO	45,9309	20,24%
PASTO PLANTADO	22,6751	9,99%
LAVOURAS	9,6208	4,24%
SÍTIO	0,4237	0,19%
ARL	54,063	23,82%
APP MC	7,4341	3,28%
APP NASC	0,4121	0,18%
ESTRADAS	1,2522	0,55%
AÇUDE	0,0485	0,02%
CASAS	0,1902	0,08%

Fonte: Formulado pelo Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

Mapa 2 –Uso atual e cobertura do solo no Acampamento Sonho de Rose



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares - Zumbi

5.2.2.3 Estratificação ambiental dos agroecossistemas

As áreas disponíveis para uso das terras do imóvel denominado Fazenda Olhos D'água são compostas por 226,95 ha que está sendo utilizada de diferentes formas, as quais foram detectadas pela equipe técnica do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares na elaboração deste documento.

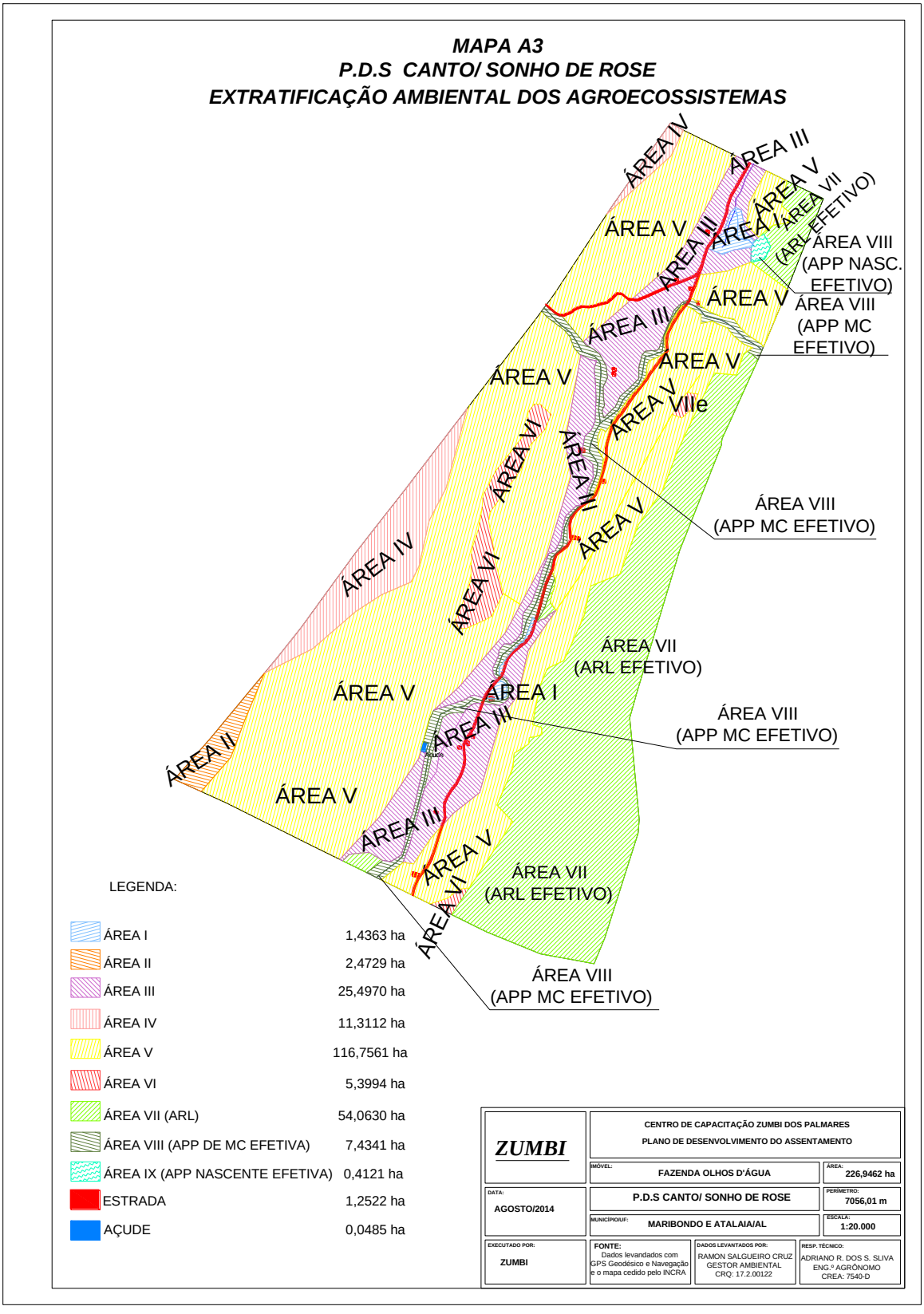
Quadro 4 - Distribuição da estratificação dos agroecossistemas e sua distribuição em percentual de área.

ÁREA	HA	%	RELEVO	SOLO	VEGETAÇÃO
1	1,4363	Classe A : <2%	Plano	Argissolo + neossolo flúvico	Sítio e lavouras
2	2,4729	Classe B: 2-5%	Suave inclinado	Argissolo + Latossolo	Pasto plantado.
3	25,7202	Classe D: 10-15%	Muito inclinado	Argissolo + neossolo flúvico	Lavouras, capoeira, pasto nativo e pasto plantado.
4	11,3112	Classe C: 5-10%	Ondulado	Argissolo + Latossolo	Capoeira e pasto nativo
5	117,2061	Classe E: 15-45%	Fortemente ondulado	Argissolo	Capoeira, pasto nativo e lavouras.
6	5,3994	Classe F: 45-70%	Montanhoso	Argissolo	Capoeira e pasto nativo
7 ARL	54,0630	Classe F: 45-70%	Montanhoso	Argissolo	Mata Atlântica
8APP MC	7,4341	Classe D: 10-15%	Muito Inclinado	Argissolo + neossolo flúvico	Mata Atlântica
9APP NASC	0,4121	Classe D: 10-15%	Muito inclinado	Argissolo	Mata Atlântica
Estradas	1,2522	-	Muito inclinado	-	
Açude	0,0485	Classe A: <2%	Plano	-	
Casas	0,1902	Classe C: 5-10%	Ondulado	-	

Fonte: Formulado pelo Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

Conforme o **Quadro 4,** vale ressaltar as Áreas I, II, III, IV, V e IV após o redimensionamento das Áreas de Preservação Permanente estima-se uma quantidade de Área Total Útil para Lotes de 146,3435 ha, dividindo pelo número de família obtêm-se uma Área Média Útil dos Lotes de 9,7562 ha. Ver ilustração no **Mapa 3**.

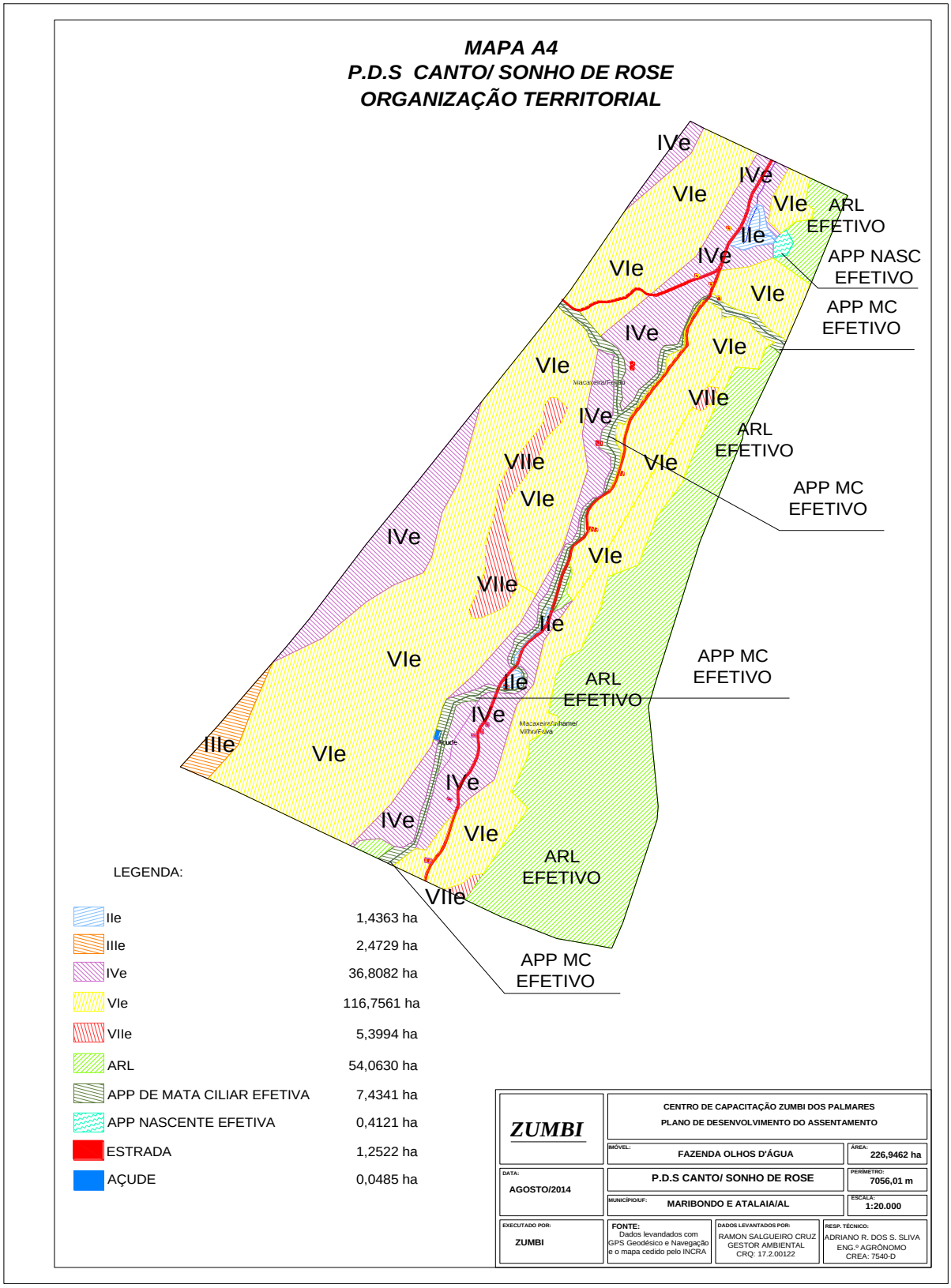
Mapa 3 - Estratificação ambiental dos agroecossistemas do Acampamento Sonho de Rose



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares - Zumbi

5.2.2.4 Organização territorial

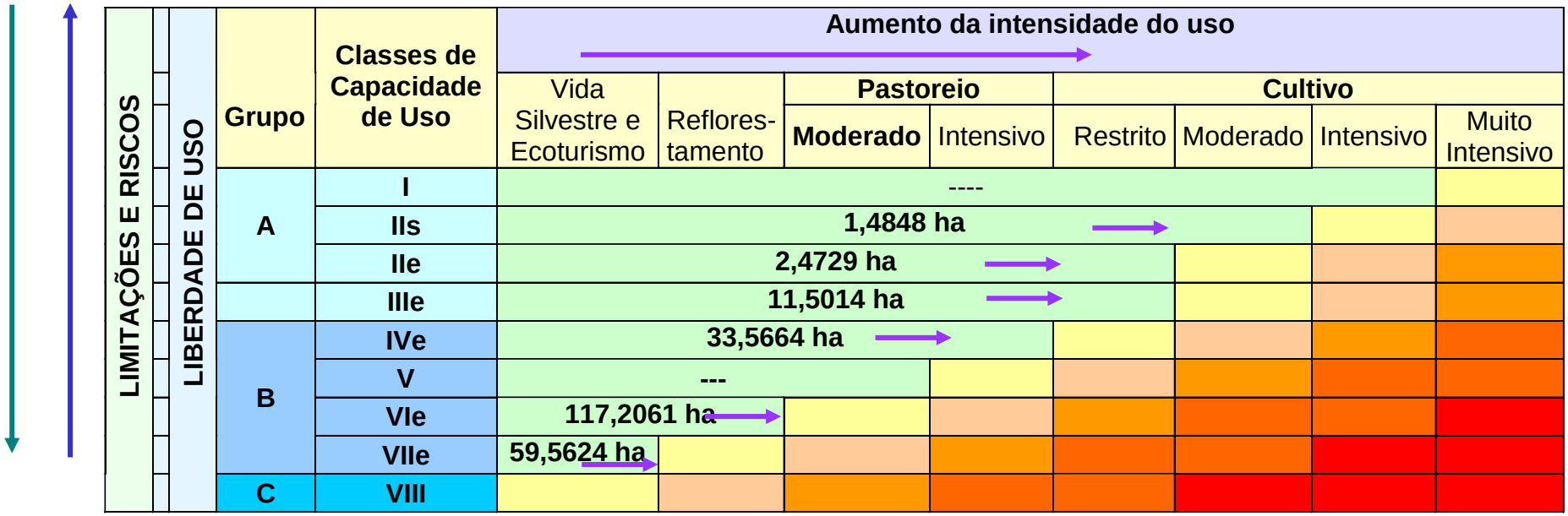
Mapa 4 - Organização Territorial do Acampamento Sonho de Rose.



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares – Zumbi.

5.2.2.5 Capacidade de uso do solo

Quadro 5 - Sistema de Capacidade de Uso dos Solos do Acampamento Sonho de Rose.



Fonte: Formulado pelo Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2014).

Abaixo da capacidade de uso □ Uso máximo racional □ Acima da capacidade de uso

A – Terras próprias para todos os usos, inclusive cultivos intensivos.

- **Classe I –** Apta para todos os usos. O cultivo exige apenas práticas agrícolas mais usuais.
- **Classe II –** Apta para todos os usos, mas práticas de conservação simples são necessárias se cultivado.
- **Classe III –** Apta para todos os usos, mas práticas intensivas de conservação são necessárias para cultivo.

B – Terras impróprias para cultivos intensivos, mas aptas para pastagens e reflorestamento ou manutenção da vegetação natural.

- **Classe IV –** Apta para vários usos, restrições para cultivos.
- **Classe V –** Apta para pastagem, reflorestamento ou vida silvestre.
- **Classe VI –** Apta para pastagem extensiva, reflorestamento ou vida silvestre.
- **Classe VII –** Apta para reflorestamento ou vida silvestre. Em geral, inadequado para pasto.

C – Terras impróprias para cultivo, recomendadas (pelas condições físicas) para proteção da flora, fauna ou ecoturismo.

- **Classe VIII –** Apta, às vezes, para produção de vida silvestre ou recreação. Inapta para produção econômica agrícola, pastagem ou material floresta.

Classe de Capacidade de Uso das Terras VI:

De acordo com o Sistema de Classes de Declividade citadas por I. F. LEPSCH e o uso no Sistema de Classe de Capacidade de Uso das Terras, com 117,2061 ha tem-se a área de maior expressão:

GRUPO: B

CLASSE: VI

SUBCLASSES: e

UNIDADE DE USO: 1

É recomendada para **Passagens** e/ou **Reflorestamento Plantado**, com problemas simples de conservação, cultiváveis apenas em caso muito especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo. Essa área será destinada a exploração agropecuária e reflorestamento para futuro sistema de Agrosilviopastoril.

Classe de Capacidade de Uso das Terras VII:

Conforme com o Sistema de Classes de Declividade citadas por I. F. LEPSCH, o seu uso no Sistema de Classe de Capacidade de Uso, temos na segunda área de maior expressão:

GRUPO: B

CLASSE: VII

SUBCLASSES: e

UNIDADE DE USO: 1

É recomendado seu uso apenas para o plantio de **Mata Nativa Manejada** ou **Pastagem**. Como pode se observar no MAPA A4 existe uma área com 5,3994 ha para uso e outra de 54,063 ha que já está ocupada a Área de Reserva Legal.

Classe de Capacidade de Uso das Terras IIs, IIe, IIIe e IVe:

Essas classes somam 49,0255 ha e estão nos GRUPO A e B, representam as classes que estão aptas a cultivo de lavouras, entretanto:

Classe II – Apta para todos os usos, mas práticas de conservação simples são necessárias se cultivado.

Classe III – Apta para todos os usos, mas práticas intensivas de conservação são necessárias para cultivo.

Classe IV – Apta para vários usos, restrições para cultivos.

Essas quatro Classes estão distribuídas ao longo do acampamento e em caso de divisão dos lotes ficariam numa média de 3,2682 ha, nas quais poderiam trabalhar com mais intensidade e frequência o solo.

5.3 Analise Técnica

5.3.1 Recursos naturais

Com o solo de média a boa fertilidade natural, clima da região com boa quantidade de precipitação pluviométrica e boa disponibilidade de recurso hídrico, este acampamento já demonstra há 17 anos a excelente capacidade de produção pelo que se produz ao longo desse tempo.

Com 54,0630 ha de Mata Atlântica há um potencial para apicultura ou meliponicultura que além de ser uma atividade importante para a geração de renda poderia também cumprir papel importante na conservação da biodiversidade.

Mangueiras, goiabeiras, laranjeiras, bananeiras, pitombeiras, cajazeiras, aceloreiras, etc. demonstra o potencial frutífero da área.

Com cercas vivas de sabiá (*Mimosa ceasalpinaefolia*), com pastagem nativa, pastagem plantada e vários plantios de bananeiras nas encostas já se pratica por natureza o Sistema de Classe de Capacidade de Uso das Terras já mostrado no Mapa A3.

E por fim o principal potencial é a aptidão familiar, observada pela persistência nesse local desprovido de políticas públicas, porém, plantam, colhem e criam há 17 anos sem créditos.

5.3.2 Sistema de produção

O sistema produtivo da área onde há aproximadamente 18 anos residem as famílias acampadas, apresenta várias análises de fundamental importância para a permanência e o desenvolvimento das mesmas no local. A forma como hoje está organizada esse sistema apresenta características que precisam ser colocadas como desafios e oportunidade para o desenvolvimento do imóvel e, consequentemente garantir melhorias nas condições de vida das famílias de trabalhadores rurais que há anos residem na área.

Hoje todo trabalho realizado é feito pelas próprias famílias acampadas o que as tornam independentes, eliminando dessa forma os gastos de mão-de-obra e reduzindo com isto os custos de produção.

Faz-se necessário a recuperação das estradas vicinais do imóvel bem como da estrada principal de acesso à área para facilitar a entrada e saída dos

trabalhadores rurais bem como garantir melhores condições para o transporte dos produtos desenvolvidos pelas famílias acampadas para comercialização.

Em se tratando de comercialização e mercado as feiras livres na região de Atalaia e cidades circunvizinhas são os principais centros de consumo da produção dos acampados, porém o escoamento dessa produção ainda é um dos principais entraves vivenciados pelos trabalhadores rurais o que aponta para a necessidade do trabalho coletivo como forma de facilitar o escoamento da produção e garantir melhorias nos preços pagos pelos produtos ofertados.

Com relação às condições climáticas o clima da microrregião na qual o acampamento Sonho de Rose está inserido (Mata Alagoana) é considerado um fator positivo onde as chuvas acontecem com regularidade e a precipitação pluviométrica varia entre 1. 200 a 1.800 mm/anuais.

Quanto às questões infraestruturais observa-se a falta de tecnologia e de unidades para armazenamento da produção dos acampados fatores que seriam importantes e fundamentais para garantir agilidade e qualidade da produção.

É notória a urgência de programas de capacitações voltadas para as atividades produtivas que possam gerar ganhos econômicos satisfatórios para as famílias acampadas como apicultura e artesanato.

É de fundamental importância que os produtores rurais disponham de orientação técnica especializada para contribuir no desenvolvimento produtivo do imóvel. Deve ser garantida uma orientação técnica que leve em consideração os cuidados ambientais quanto ao relevo, topografia, profundidade do solo, vegetação entre outros com intuito de conciliar a produção agropecuária com as características do local para dessa forma ser realizado trabalhos produtivos que estejam em harmonia com a preservação ambiental.

É necessário ainda que haja a realização de cursos ou oficinas de capacitação na área ambiental para fazer com que as famílias possam conduzir de forma consciente devendo as mesmas serem multiplicadores de ações benéficas ao meio ambiente.

5.4 Considerações Finais do Estudo

Considerando os elementos coletados através da pesquisa realizada no campo juntos com os acampados do acampamento Sonho de Rose, e constante no

presente relatório, conclui-se que o aludido acampamento apresenta uma forte capacidade produtiva de lavouras, frutíferas, animal de pequeno, médio e grande porte e de essências florestais, todavia, detectaram-se dois fatores limitantes da produção, o primeiro é o relevo com forte inclinado que é resolvido com práticas conservacionista de solos de acordo com sua Classe de Capacidade de Uso e o segundo, o acesso ao acampamento que pode ser feita as devidas correções e manutenções da estrada facilitando o acesso.

Diante disso aponta-se para a necessidade de regularização do imóvel junto às famílias que há 17 anos residem e trabalham no local para que as mesmas venham a ter acesso a créditos voltados para o desenvolvimento produtivo como forma de aumentar a produção e a produtividade bem como dar qualidade aos produtos desenvolvidos pelos trabalhadores, que em meio a tantas dificuldades fazem com que a terra possa cumprir sua função social na produção de alimentos para a sociedade.

6. CONCLUSÃO

Tendo em vista a pesquisa realizada em relação aos laudos e pareceres técnicos emitidos pelo INCRA quanto à regularização da área em questão, observamos que as análises realizadas foram feitas sob uma perspectiva da criação de uma modalidade de assentamento, denominada Projeto de Assentamento, a mais comum no país. Pelas características ambientais de território, conforme apresentadas tanto nos laudos de vistoria e avaliação, quanto no estudo técnico realizado, e aqui apresentado, apontamos que as famílias acampadas que residem há mais de 18 anos no imóvel, hoje somam 15 famílias acampadas, demonstram que há quase duas décadas é possível e viável viverem no imóvel rural, desenvolverem atividades produtivas de forma sustentável, conservando toda a riqueza ambiental nele contido.

Um dos elementos citados na diagnose visual dos aspectos ambientais é a inviabilidade da regularização da área para fins de reforma agrária ser a dificuldade de acesso ao imóvel, mesmo assim há 18 anos as famílias habitam esse lugar, trafegando e comercializando sua produção, ainda que sem as condições ideais de infraestrutura das estradas de acesso. Além disso, também realizam atividades cotidianas, como o acesso a saúde, a educação e as feiras locais, conseguindo assim, realizar todas essas atividades. A falta de regularização da área tem implicado para estas famílias a falta de acesso a políticas públicas destinadas a beneficiários da reforma agrária, como o ciclo de créditos do INCRA, habitação, infraestrutura e assistência técnica.

Dentre as modalidades de assentamentos rurais propostos pela Política Nacional de Reforma Agrária – PNRA, a forma que os peritos do INCRA realizaram os laudos de vistoria e avaliação impossibilitam a regularização por Projeto de Assentamento Federal – PA, que tem características de lotes individuais. O estudo técnico realizado pela equipe técnica do Centro Zumbi, aponta o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS como modalidade mais viável para o imóvel rural estudado, considerando as características territoriais conforme descrito no diagnóstico. Esta modalidade contemplaria a realização das atividades das famílias acampadas e ao mesmo tempo favoreceria o desenvolvimento rural sustentável do acampamento, futuro Projeto de Desenvolvimento Sustentável. O acesso à terra não

se resume ao reconhecimento legal de sua posse, sendo necessário considerar a permanência autônoma das famílias na terra.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, C. T. de A. A cultura canavieira em atalaia e decadência. Disponível em <http://www.atalaiapop.com/paginas/historia/historia3.html>. Acesso em 20/03/2016.

BATISTA, A.B. e OLIVEIRA, F.R. (coord.). Reforma Agrária. Disponível em <www.projetoham.com.br/files/reformaagraria.pdf>, acesso em 13/03/2016.

BRASIL. Decreto Nº 433 de 24 de Janeiro de 1992. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agraria, por meio de compra e venda. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0433.htm> acessado em 13/02/2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Norma de Execução 93. 19 de julho de 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <www.incra.gov.br/assentamentocriacao>. Acessado em 13/02/2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 22 - Alagoas. Diagnose Visual dos Aspectos ambientais do Imóvel. Realizado em Novembro de 2008. In: Processo Administrativo 54360.000794/2003-01.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 22 - Alagoas. Laudo de Vistoria de Avaliação realizado em Dezembro de 2011. In: Processo Administrativo 54360.000794/2003-01.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 22 - Alagoas. *Laudo de Vistoria de Avaliação* realizado em Julho de 2008. In: Processo Administrativo 54360.000794/2003-01.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 22 - Alagoas. Laudo de Vistoria de Avaliação realizado em março de 2004. In: Processo Administrativo 54360.000794/2003-01.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 22 - Alagoas. Relatório Técnico sobre o prosseguimento ou não do processo. Realizado em maio de 2013. In: Processo Administrativo 54360.000794/2003-01.

BRASIL. LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

BRASIL. LEI Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. II Plano Nacional de

Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, 2003.

CARVALHO, H. M. de. Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da ida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: NEAD, 1999.

CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES - ZUMBI. Estudo Técnico Área de Acampamento da Reforma Agrária: Sonho de Rose (Imóvel rural Canto, município de Atalaia - AL). Atalaia - AL, 2014.

CRUZ, R.S. Elaboração de um PDA utilizando geoprocessamento: um estudo de caso no Assentamento Vila São Pedro - Viçosa-AL. 62 folhas. Trabalho de Conclusão da graduação - Curso de engenharia de Agrimensura, Universidade Federal de Alagoas, 2015

CURADO, F. F. Assentamentos Rurais: a terra como novo espaço de vida. Cadernos do CEAS, Salvador, n.191, p.37-46, jan/fev.2001.

FERNANDES. E. N. S. Formação Agrária e a luta dos movimentos sociais no campo. In: Capital x trabalho no campo: Questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético. Maceió: EDUFAL, 2011.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

MATTEI, L. Reforma Agrária e programas de assentamentos rurais. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Assentamentos em debate.* Brasília: NEAD, 2005, p. 169-183.

MELGAREO, L. O desenvolvimento, a reforma agrária e os assentamentos. Disponível em <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/revista_agroecologia_ano2_num4_parte14_artigo.pdf>. Acesso em 11/03/2016

RUAS, E. D. et al. Metodologia Participativa de Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR. Belo Horizonte, 2006.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. In: Revista Estudo, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

SANTOS, F. T “Recuperação” de assentamentos rurais em questão: A experiência do Assentamento Rendeira: Alagoas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Paraíba, 2009. 174 f.

SAUER, S. O significado dos assentamentos da reforma agrária no Brasil. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Assentamentos em debate.* Brasília: NEAD, 2005, p. 57-74.

SILVA, J. da S. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007. In: Terra em Alagoas: Temas e Problemas. Maceió: EDUFAL, 2013

SOUZA, D. R. de. Reforma agrária: as experiências em Alagoas (1980-2000). – Maceió: EDUFAL, 2001.

SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.